



Resumo de Notícias

11/05/2016 - Sinttel-ES

Cortando no osso. Demissões na Oi chegam a 17 no ES



Nesta terça-feira (10/05) 14 trabalhadores/as na Operadora Oi, na Grande Vitória, foram demitidos/as. Outros/as três empregados/as, em Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, receberam a comunicação na manhã desta quarta-feira. Ao todo 17 companheiros e companheiras foram dispensados dentro plano de reestruturação anunciado pela Oi, no dia 05 de maio, quando a empresa se reuniu com a Comissão Nacional de negociação dos trabalhadores e a Fenattel. A maioria dos demitidos eram qualificados e experientes, vindos das empresas Telest, Telemar, Nokia Siemens, Ericson. Vestiam a camisa da empresa há muitos anos, como o caso de Urbano Washington do Rosário, 61 anos, sete deles na Oi, mas que desde 1977 integrava a categoria, quando ingressou na antiga Telest, depois Telemar e, finalmente, na Oi.

A Operadora justifica os cortes em todo o país, cerca de 2 mil pessoas, enfatizando as dificuldades financeiras, exemplificadas no mega prejuízo de R\$ 5,3 bilhões e no rebaixamento das ações para um valor inferior a R\$ 1 na Bolsa de Valores, além de um endividamento na ordem de R\$ 55 bilhões. A empresa acredita que o Plano de Recuperação 2016-2018, cujos focos são Convergência e Digitalização, vão aumentar a base de clientes e permitir a renegociação de sua enorme dívida junto aos bancos credores.

Essa pretensão, no entanto, não ganhou respaldo

diante das demissões ocorridas entre os experientes e comprometidos/as trabalhadores/as capixabas. “Ninguém é insubstituível, mas o capital humano que a Oi perde com essas demissões, aqui em nosso Estado, será irreparável. Ninguém consegue entender os critérios para os cortes. Tem um companheiro demitido, que só ele fazia o trabalho e num equipamento antigo, que não se usa mais. Além de ser difícil encontrar outro para substituí-lo, certamente sairá mais caro para a empresa, o que só piora suas condições já difíceis. Essa é uma afirmação quase que unânime entre os dispensados”, afirma Nilson Hoffmann, presidente do Sinttel-ES.

Gerentes, superiores e assistentes das áreas de operação, jurídico, atendimento ao cliente, relações institucionais, comutação, otimização de redes móveis, com altos salários e outros com pequenos salários, como por exemplo, de R\$ 1.400, de um assistente jurídico (preposto), de 29 anos, 8 deles na empresa, dois filhos e estudando o 4º período de Direito. Que critério a Oi usou para dispensar tais profissionais? Vejam os depoimentos:

Existe vida após a Oi

“Chorei muito, pois estava deixando amigos de longa data e pelo esforço dedicado ao trabalho de muitos anos. Troquei a faculdade de administração pelo Direito para me especializar e ajudar a empresa a não ser penalizada pelos erros que comete contra os empregados. Me senti mal ao ser dispensada. Minha pressão subiu. Os boatos que chegavam pela “Rádio Peão” eram estressantes. Cheguei a pensar que a minha área acabaria. Hoje, um dia depois, refletindo melhor, acredito que existe vida após a Oi e que, ainda bem que a empresa não decretou falência antes de me demitir, pois acredito que como ganho um baixo salário, seria uma das últimas a receber. Já fiz um currículo e vou à luta, pois tenho dois filhos e a faculdade para tocar em frente”, revelou uma companheira demitida, que pediu para não ser identificada.



Resumo de Notícias

A ficha só caiu um dia depois

“ Eu ainda não sei o que fazer, não conheço outra empresa. Tenho 39 anos, sendo 18 deles dentro da Oi. Comecei a trabalhar como estagiária, em 1988. Cheguei ao cargo de gerência. Hoje é que está caindo a ficha que não tenho mais emprego e com um filho de 1 ano e 4 meses para criar. Mas ontem eu fiquei em choque, sem ação” .

Cortando no osso

“ Não foi surpresa o plano de reestruturação porque sei das condições da Oi, mas, para mim, a demissão foi um choque, pelo que eu fazia na empresa. Nem sei como vão fazer para arrumar outro para colocar no meu lugar. Creio que fui demitido por causa do meu salário, pois, nesse momento, a empresa está preocupada com ela, pois a lama está no nariz. A compra da BT foi o começo do fim e agora está ladeira abaixo. Eu vou tentar outra colocação no mercado, pois tenho dois filhos e esposa que trabalha, mas não será fácil” .

Quem vai sentir é o assinante

“ Eu vou descansar, disse Urbano Washington do Rosário, 61 anos, sete deles na Oi. Recebi a demissão com tranquilidade e sem problemas, pois já estou aposentado. Mas quem vai sentir essa redução no quadro é o assinante, o cliente da Oi. A empresa não está preocupada com os clientes” .

Depois de 34 anos, é tenso!

“ Para quem trabalha certinho, veste a camisa durante 34 anos é tenso, complicado. Não dá para entender como uma empresa consegue chegar num momento desse, quando dominava o mercado e, agora, se desfaz de pessoas eficientes e comprometidas? Eu sempre desenvolvi um volume de atividades que não condizia com o meu salário. Ainda não me aposentei e terei que continuar. Espero que o mercado, pelo bom relacionamento que cultivei com os colegas e as demais operadoras, possa me dar outra chance de fazer fora, o que fiz dentro da Oi. Sou otimista e vou tocar a vida.”

11/05/2016 - Carta Maior

Temer não será presidente, sempre será um golpista!

Governos ilegítimos não produzem estabilidade, e dão origem a legítima desobediência civil. Temer não será presidente, sempre será um golpista.

Em 2009 assistimos com espanto e uma série de questionamentos, o desenrolar dos fatos que culminaram com a prisão e afastamento do presidente de Honduras. Eleito em 2006, Manuel Zelaya foi preso sob a vaga alegação de desobediência constitucional, poucas horas antes da realização de uma consulta popular não vinculante sobre a necessidade ou não de realizar uma reforma da Constituição hondurenha. Zelaya foi levado para a Costa Rica, e apenas em 2011 conseguiu retornar ao seu país. Nenhuma nação reconheceu o governo liderado por Roberto Micheletti, o Brasil recebeu o presidente deposto na Embaixada de Honduras, mas o golpe teve continuidade sem grandes enfrentamentos e pressões internacionais. O Paraguai não tardou a chegar.

Em junho de 2012 o presidente do Paraguai,

Fernando Lugo, foi destituído. Após um processo que durou dois dias, e precisou apenas dos votos de 76 deputados e 39 senadores conspiradores para se consumir, o presidente progressista eleito foi apartado de seu cargo. O Paraguai foi afastado do Mercosul, mas aos poucos a normalidade retornou às relações no Cone Sul, como se um golpe não tivesse sido consumado contra nossos vizinhos.

Se nas décadas de 1960 e 1970 os golpes na América Latina por vezes tinham tanques nas ruas, - nem todos se deram desta maneira -, os do século XXI são de outra natureza. Não menos nocivos, ilegítimos e articulados internacionalmente, estes se revestem de roupagem legalista. Liderados por civis, apelam a formatos constitucionais, mantendo uma fachada institucional.



Resumo de Notícias

A intentona fracassada promovida contra Hugo Chávez na Venezuela em 2002, tratou-se de um tipo de golpe intermediário, distinto dos de outrora, mas também dos que viriam. Chávez foi preso, mas os militares não tomaram as ruas, o governo do golpista Carmona foi rapidamente reconhecido por Estados Unidos e Espanha, mas suas ações, dentre essas: a dissolução do Parlamento e do Supremo Tribunal Federal, e a eliminação de 48 leis, escancararam o golpe internacionalmente e deram força para os partidários do governo eleito retomarem o poder.

Em 11 de maio de 2016 um novo capítulo dessa vergonhosa história foi escrito, sabemos, porém, que tal como ocorreu com o povo venezuelano, não nos faltará a resistência que é também característica da nossa gente.

Neste triste dia a presidenta eleita pelo voto popular sofreu o segundo ato de um processo golpista, foi afastada de suas funções pelo Senado Federal. Sem ter cometido crime de responsabilidade. Dilma Rousseff, que na sua juventude resistiu e lutou contra a ditadura civil-militar de 1964, poderá ser golpeada por uma ação política-jurídica-midiática que tem como objetivo, tal como nos outros casos aqui citados, apartar do poder aqueles e aquelas que incomodam a ordem instituída.

Chávez significou o fim de quatro décadas do pacto de revezamento no poder entre os partidos do status quo na Venezuela; Lugo encerrou um período de domínio de 61 anos da direita paraguaia representada pelo partido Colorado; Zelaya candidato eleito pelo conservador Partido Liberal de Honduras, aderiu à ALBA, e promoveu reformas econômicas e sociais consideradas de esquerda, levando-o a perder o apoio da elite hondurenha; Lula e Dilma juntos significaram 13 anos de governo da esquerda, após 500 anos de domínio das elites que nos colonizaram, escravizaram, e espoliaram ao longo de toda a nossa história.

Os governos progressistas iniciados a partir da vitória do Partido dos Trabalhadores em 2002, tiraram milhões da miséria; colocaram os filhos e filhas da classe trabalhadora, de todas as cores, todas as etnias, para dividir as salas de aulas com os que durante séculos foram os únicos a ocupar os bancos das universidades; deram sobretudo dignidade e oportunidade para o povo brasileiro, e mesmo sem terem logrado em fazer as reformas estruturais tão necessárias, incomodaram o andar de cima.

Após a quarta vitória eleitoral seguida, e diante do aprofundamento dos efeitos da crise econômica internacional, as aves de rapina de plantão se articularam para inviabilizar o governo Dilma. Sabedores dos nítidos limites da política em que todos ganham, pobres e ricos, em tempos de escassez,

optaram por golpear a democracia a correr o risco de perder parte dos seus privilégios.

Tal como em todos os casos que fizemos referência, o afastamento de Dilma não se deu por corrupção, endêmica em nosso país, mas da qual a presidenta jamais foi acusada, ou qualquer outro crime comprovadamente cometido por ela. Trata-se de uma conspiração que envolve o capital financeiro internacional, o empresariado nacional, ruralistas, a mídia hegemônica e oligopolizada, e as classes mais abastadas, inconformadas com a ascensão social de muitos que lhe tirou o quase sádico prazer da distinção. Setores amplamente representados em um Congresso Nacional cuja composição responde mais aos donos das cifras recebidas em suas campanhas do que ao povo que deveriam representar.

A ausência de pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre o afastamento de Eduardo Cunha antes da sessão da Câmara dos Deputados que aprovou a admissibilidade do processo de impeachment, e o posicionamento de Teori Zavascki, durante o andamento da sessão que debateu a abertura do processo de impedimento no Senado, tratam-se de duas faces de um mesmo golpe, de uma tentativa de legitimá-lo. Tal apelo a uma legalidade profundamente ideológica disfarçada de imparcialidade, só teria sucesso caso não existissem setores organizados que disputassem essa narrativa, mas nós existimos e resistimos.

Não é difícil percebermos a repressão que já está em curso e a criminalização dos movimentos sociais, hoje tendo origem em governos estaduais defensores do golpismo, mas há também uma resposta das ruas, há luta. Da Câmara dos Deputados ecoaremos a voz dos movimentos sociais, da resistência contra o golpismo, seguiremos ao lado daqueles e daquelas que lutarão para o reestabelecimento da democracia.

Governos ilegítimos não produzem estabilidade, e dão origem a legítima desobediência civil. Temer não será presidente, sempre será um golpista. Caso o golpe seja consumado, não reconheceremos um governo fruto de usurpação e que tem como objetivo usurpar também os direitos e conquistas do povo brasileiro.

Desde já, mesmo neste momento em que o último ato do golpe não foi consumado, manifesto meu reconhecimento ao valor e generosidade dos movimentos sociais e suas lideranças, que em que pesem as críticas ao governo em vários aspectos, não vacilaram um minuto em defender o Estado Democrático de Direito. Demonstrem assim o apego do povo à democracia, e sublinham a falta de caráter das elites políticas e econômicas tradicionais no Brasil.



Resumo de Notícias

12/05/2016 - Telesíntese

Prejuízo da Oi aumenta 268,2% no 1 tri

A concessionária registrou perdas de R\$ 1,64 bilhão. Dívida líquida cresceu 7% em relação a dezembro, para R\$ 40,8 bilhões, impactada pelo pagamento do Fistel no começo do ano e por aumento dos investimentos. O EBITDA encolheu 12,6%, segundo a empresa, devido ao desaquecimento da economia no país.

A Oi publicou na manhã desta quinta-feira, 12, o balanço financeiro dos três primeiros meses do ano. Embora tenha amargado um prejuízo 268,2% maior que no começo de 2015, de R\$ 1,64 bilhão, companhia destacou a redução de custos operacionais. Segundo a empresa, teve continuidade o plano de transformação por que vem passando há mais de um ano, que prevê convergência de planos, digitalização de processos, austeridade nos custos e melhora na experiência do cliente. O Opex de rotina caiu 1,2%, para R\$ 4,85 bilhões. Considerando a inflação no período, calcula que houve redução real de custos de 10%.

A concessionária experimentou retração também em outros números. A receita líquida total ficou em R\$ 6,75 bilhões, 4,4% menor que um ano atrás. O EBITDA de rotina, lucro antes de amortizações, impostos e depreciações, caiu 12,2%, para R\$ 1,76 bilhão. O investimento, no entanto, foi maior. O Capex aumentou 22,3%, para 1,25 bilhão, direcionado à melhoria de rede e inclui novo backbone óptico, nova rede IP, swap de fibra.

Ao destrincharmos a receita, tem-se que a empresa perdeu 3,9% das vendas no segmento residencial, onde faturou R\$ 2,4 bilhões, e perdeu 10% em mobilidade pessoal (telefonia móvel), R\$ 2 bilhões. Ainda assim, a tele ressalta que ampliou em 4,2% o ARPU residencial (R\$ 80,8) e em 24% a receita de dados móveis, que já são 48% da receita dos clientes de celular. 33% de sua base já usa o Oi Livre, oferta em que o cliente pré-pago realiza 19% mais recargas. O ARPU móvel foi de R\$ 16,7, queda de 5,7% devido à redução da VU-M.

A empresa terminou março com 69,49 milhões de unidades geradoras de receitas – terminais móveis, fixos, banda larga fixa e TV paga. O número é 5,5% menor que um ano antes. A maior retração veio da telefonia fixa, onde encolheu 7,7%. A TV por assinatura diminuiu 4,2%. No celular, a retração foi de 5%, sendo 5,3% no pré-pago e 3,2% no pós. A empresa fechou o trimestre com 45,55 milhões de usuários móveis, 38,66 milhões no pré-pago.

A companhia justifica a receita menor com o processo de diminuição de valor das tarifas de interconexão estipulado pela Anatel, terceirização da venda de aparelhos e cenário macroeconômico.

A companhia trabalha contra o tempo para equilibrar o endividamento. A dívida bruta encerrou março em R\$ 49,37 bilhões (menor 10,2% em relação ao final de 2015), mas a líquida cresceu a R\$ 40,8 bilhões (maior 7% que em dezembro), impactada pela cobrança do Fistel no período. A concessionária tem R\$ 8,53 bilhões em caixa e necessidade de pagar R\$ 8,33 bilhões este ano. Em 2017, vencem títulos no total de R\$ 8,82 bilhões. Em 2018, vencem R\$ 6,8 bilhões. Os R\$ 25,37 bilhões restantes devem ser pago de 2019 em diante.

A empresa confirmou que as demissões de funcionários, realizados esta semana, vão reduzir em 15,2% a despesa com pessoal nos próximos trimestres. Neste, esta despesa cresceu 11%, para R\$ 657 milhões, em função de reajuste salarial e da incorporação da Serede, empresa prestadora de serviços no Rio de Janeiro.



Resumo de Notícias

12/05/2016 - Telesíntese

Lucro da TIM recua 54,5 % no primeiro trimestre

Receita líquida teve queda de 15,3% com dados respondendo por 43% desse faturamento

Com o primeiro trimestre ainda influenciado pelas adversidades do cenário macroeconômico, a TIM registrou queda de 54% no lucro líquido na comparação anual, com R\$ 144,4 milhões. A receita líquida foi de R\$ 3,8 bilhões, 15,3% menor que o mesmo período do ano passado. O faturamento obtido com o uso de dados atingiu 43% do total e as vendas de serviços inovativos (dados mais valor adicionado exceto SMS) cresceram 26,3%, totalizando R\$ 1,32 bilhão.

Os investimentos também desaceleraram na comparação anual passando de R\$ 923 milhões no primeiro trimestre de 2015 para R\$ 710 milhões de janeiro a março deste ano, uma retração de 23,1%. Mas isso não impediu a operadora

de manter sua liderança na cobertura 4 G, com 439 cidades cobertas.

Essa capilaridade 4G foi importante para a companhia manter seu crescimento em dados. Cerca de 70% de sua base de clientes está utilizando as tecnologias 3G e 4G. O BOU (bytes por uso) expandiu cerca de 48% e a penetração de smartphones atingiu 68,1% contra 55,1% no mesmo período do ano passado.

A empresa manteve seu programa de controle de custos e obteve 16% de queda no custo normalizado da operação, 40% da meta de redução de R\$ 1 bilhão estabelecida pelo Plano de Eficiência para o período de 2015 a 2017.

12/05/2016 - Telesíntese

Antes de sofrer impeachment, Dilma Regula Marco Civil e publica decreto para acabar com concessão

Há poucas horas de perder o cargo de Presidente da República pelo Senado Federal, Dilma Rousseff publicou em edição extra do Diário Oficial de ontem a regulamentação do Marco Civil da Internet, cujo texto é quase o mesmo que "vazou" na internet alguns dias atrás, e publicou na edição de hoje, do dia 12, o novo decreto do programa Brasil Inteligente, lançado semana passada pelo então ministro André Figueiredo, que também se despediu do governo.

A regulamentação do Marco Civil acabou pendendo para a posição do Ministério da Justiça e para o sistema de defesa do Consumidor, mas seu texto ainda deixa margem para muitas interpretações, que deverão ser resolvidas em novos embates futuros. Pelo menos esta é a avaliação de diferentes atores do setor regulado, das telecomunicações.

Se a regulamentação do Marco Civil divide para cada ente do Estado o papel de fiscalização, conforme suas atribuições, a preocupação das operadoras de telecom não se dá com essa divisão de poderes, mas sim com o novo papel atribuído ao Comitê Gestor da Internet. Pelo novo decreto, conforme algumas interpretações, caberá ao Comitê Gestor da Internet "estabelecer diretrizes" sobre quais são os requisitos técnicos que poderão ser aceitos para não ferir a neutralidade da rede. E a questão, para executivos do setor, é que o Estado não

poderia abrir mão dessa atribuição para uma organização, mesmo que multissetorial e legítima, mas ainda assim representante de si mesma.

A discussão é técnica e pode ir longe. Se havia uma forte pressão para se explicitar a proibição da franquia de dados (tanto na rede fixa como móvel no corpo da regulamentação), o que mobilizou as teles e a Anatel que alegaram que essa proibição iria inibir investimentos nas redes de banda larga no país, o setor de telecom teme que o CGI decida estabelecer diretrizes que afetem o modelo de negócios das empresas.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/antes-de-sofrer-impeachment-dilma-regula-marco-civil-e-publica-decreto-para-acabar-com-concessao-e/>